

EDITORIAL

O PORTUGUÊS PRIMEIRO, DEPOIS AS OUTRAS LÍNGUAS

Dr. Antônio Gomes da Costa

A propósito da celeuma criada em torno da decisão do Ministro das Relações Exteriores de não considerar mais eliminatória a prova de Inglês nos concursos para ingresso no Instituto Rio Branco, o Prof. Hélio Jaguaribe escreveu um artigo muito interessante publicado em *O Globo* de 21 de janeiro.

É sobre esse artigo que nos permitimos fazer algumas considerações. Primeiro, para confessar que sempre aprendemos com o mestre, não só quando faz suas avaliações históricas e o contraponto das culturas e das civilizações que contribuíram para o progresso da Humanidade, mas também quando interpreta, numa perspectiva enriquecida por sólidos conhecimentos sociológicos, o processo de formação da nacionalidade brasileira.

No artigo, o Prof. Hélio Jaguaribe, começa por se referir ao predomínio de diversas línguas através dos séculos, desde o aramaico, na Antiguidade, ao Inglês, em nossos dias. Esta sucessão dos idiomas que predominaram como os mais importantes do mundo em diversas épocas é resultante de muitos fatores e contribuições, que vão do poder político à expansão econômica, da força militar à produção científica, da Literatura às Artes, da Música à Religião. Foi assim com o Grego, com o Latim, com o Espanhol e com o Francês – e agora está a acontecer o mesmo com o Inglês, que se universaliza de uma forma quase espontânea.

Por isso, na opinião do Prof. Hélio Jaguaribe, não considerar eliminatória a prova de Inglês no concurso de acesso à carreira diplomática só se justifica na medida em que, mais adiante, no currículo do Instituto Rio Branco, se venha a dar nas aulas mais ênfase e mais tempo à aprendizagem daquele idioma, compensando-se, porventura, as deficiências toleradas na entrada. Um diplomata decerto que não precisa ser especialista no glossário do inglês medieval, mas deve dominar a língua de Shakespeare o suficiente para poder participar,

sem intérpretes, de uma reunião da ONU, ou de uma negociação com os representantes de outros países.

Não há como discordar do ponto de vista do mestre: democratize-se, querendo, o acesso ao Instituto Rio Branco, mas não as aprovações finais do ensino.

No entanto, no mesmo artigo, o Prof. Hélio Jaguaribe faz uma proposta que nos causou alguma perplexidade. É quando sugere que o Brasil, como país latino-americano, deve assumir o Espanhol como o idioma que expressa a nossa identidade – pelo menos enquanto a Língua Portuguesa não alcançar o nível internacional de que dispõe o Castelhana.

Ora, se isto viesse a acontecer e o Brasil começasse, no plano internacional, a fazer opção pelo Espanhol, seria o mesmo que desistir para sempre de alcançarmos o Português, como uma das Línguas mais faladas no mundo, ao seu “status” natural e merecido. A lusofonia iria perder o seu mais importante argumento para se posicionar no mundo lingüístico e abrir mão nos foros internacionais do uso de que já desfruta.

Mas não só: estaríamos a dissolver um dos elementos mais fortes da nossa identidade nacional. Nunca fomos um país hispânico – e desde a escola primária aprendemos e verificamos as diferenças existentes entre uma América portuguesa, com um território imenso mas uno, e uma América espanhola, dividida em vários países. E a língua valeu tanto como as fronteiras geográficas para forjar identidades próprias.

Ao se admitir, portanto, a idéia de uma língua comum no plano internacional para realçar a condição de sermos um país latino-americano, estaríamos a concorrer para a perda de uma identidade que foi construída ao longo de 5 séculos. Diz o Prof. Hélio Jaguaribe que os cuidados devem começar por casa e é inadmissível o abuso de estrangeirismos a que recorreremos sem o menor sentido. Está certíssimo, mas não deixemos que lá fora o vernáculo se esconda e fique na mala dos diplomatas.